

Cerco a Sarney

A grande questão política, que começa a dominar as preocupações das lideranças do PMDB, do PFL e do governo, é a duração do mandato do presidente José Sarney. O resultado eleitoral fortalece a posição do presidente do PMDB, notoriamente interessado em restabelecer a eleição direta do Presidente da República em 1988, com posse a 15 de março de 1989, o que significaria reduzir de seis para quatro anos o atual mandato.

Todos os aspirantes potenciais à Presidência mostram-se interessados em reduzir o mandato de Sarney. Alguns, que correm fora da Aliança Democrática e foram derrotados nas eleições, como o governador Leonel Brizola, lembram o interesse do presidente do PMDB em cobrar agora de Sarney a tão sonhada redução. Aos 70 anos de idade Ulysses Guimarães não pode esperar por uma eleição em 1990 quando estará com 74 anos.

Essa ansiedade de Ulysses e muitos dos seus amigos e correligionários cria uma situação constrangedora, uma área de sombra entre o partido e o Palácio do Planalto. Na conversa com os correspondentes estrangeiros, na manhã de anteontem, Ulysses teve o cuidado de criticar o mandato de seis anos, por ele considerado muito longo, mas sem falar no de quatro.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, já criticou o mandato presidencial de seis anos, admitindo que a tradição republicana apontava para prazos de cinco e quatro anos. Amigos de Sarney estão detectando o recrudescimento da campanha, que se alimenta dos resultados das eleições, dividindo-os entre os que querem cinco e os que não abrem mão dos seis anos.

O governador eleito do Maranhão, deputado Epiácio Cafeteira, defendia, ontem, em Brasília, a manutenção do mandato de seis anos, argumentando que os constituintes teriam o direito de fixar o mandato presidencial para o futuro, não para atingir um direito adquirido do atual Presidente da República.

Cafeteira também sustenta que a Constituinte não poderia legitimamente reduzir o mandato do Presidente, o que equivaleria a um golpe de Estado.

Não se pode é sustentar a tese da ilegitimidade da Constituinte para promover essa alteração delicada, tratando-se, isto sim, de um problema eminentemente político. Não se pode ignorar que foi o ex-presidente-general Ernesto Geisel quem tomou a iniciativa de fixar o mandato presidencial em seis anos, pensando que este seria o prazo de que necessitaria seu sucessor, o general Figueiredo, para completar o processo de abertura política.

O documento constitutivo da Aliança Democrática não se refere à duração do mandato presidencial, mas considera longo o prazo de seis anos. Tancredo assumiu o compromisso de aceitar a redução para quatro anos, admitindo que seis anos eram demais. O atual Presidente não assumiu o mesmo compromisso, surpreendido com a doença e a morte do titular da Presidência e obrigado a cumprir penosa interinidade antes de se afirmar no exercício do poder.

Depois do Plano Cruzado, Sarney conheceu os mais altos índices de popularidade que teve um presidente no Brasil. Eleito por via indireta, através de um colégio eleitoral repudiado pela Nação, Sarney foi legitimado pelo exercício do poder — na verdade, pelo Plano Cruzado.

TARCISIO HOLANDA